



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Contratação de empresa especializada nos serviços de lavanderia para lavar, passar, dobrar e armazenar em embalagens apropriadas toalhas de rosto, de mesa, coletes, capas de encosto de cadeiras e togas.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

O uso rotineiro das toalhas de mesa e de rosto*, dos coletes, das capas de encosto de cadeiras e das togas sujeita as referidas peças a diversos tipos de sujidades, o que demanda a contratação de serviços especializados de lavação, com fins não apenas de higienização, mas também de conservação e prolongamento da vida útil dessas peças. A lavação especializada contribui para a melhoria das condições de trabalho dos servidores e juízes deste Regional, eis que propicia o uso higiênico das peças, evitando-se a transmissão de doenças, além, ainda, de prevenir o descarte precoce das peças por motivos de manchas de sujeiras, de bolor etc., resultando em economicidade para a Administração.

* O uso de toalhas de rosto foi abolido no TRES no período da pandemia.

2.2. Objetivos e Benefícios

A adequada lavação e demais cuidados das peças com vistas ao seu uso higiênico e a prevenção ao descarte precoce por motivos de manchas de sujeiras, resultando em economicidade para a Administração.

2.3. Alinhamento Estratégico

OEPI2 e SGP3.

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Documento juntado ao PAE nº 561/2023.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

A demanda prevista foi definida levando-se em conta o controle histórico da Seção de Apoio Administrativo (SADM). As quantidades a seguir informadas representam uma média mensal*. No entanto, a periodicidade da lavagem dos coletes, das capas e das togas é variável, não ocorre todos os meses, eis que a necessidade está relacionada a eventos da Justiça Eleitoral (coletes e capas) e à solicitação da Coordenadoria de Apoio ao Pleno (togas).

- a) toalha de rosto: 20 (vinte) quilogramas;**
- b) toalha de mesa: 10 (dez) quilogramas;
- c) colete: 02 (dois) quilogramas;
- d) capa para encosto de cadeira: 02 (dois) quilogramas; e
- e) toga (lavagem a seco): 02 (dois) quilogramas.

* Em decorrência da pandemia da COVID – 19, nos anos de 2020 e 2021, o quantitativo de peças lavadas foi inferior ao habitualmente verificado, tendo em vista o período de home office de grande parte de servidores e juízes.

** Em decorrência da pandemia da COVID – 19, O uso de toalhas de rosto foi abolido no TRESC por tempo indeterminado. Eventualmente, encaminham-se tais peças para lavagem de rotina (para eliminar odores e retirar o amarelo das peças).

2.6. Soluções Disponíveis e/ou Contratadas por outros Órgãos Públicos

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7. Escolha e Justificativa do Objeto

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.8. Caracterização e Composição do Objeto

Contratação de empresa especializada nos serviços de lavanderia para lavar, secar, passar, dobrar e armazenar em embalagens apropriadas as toalhas de mesa e de rosto, coletes e capas de encosto de cadeiras deste Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, bem como lavar a seco, passar e embalar as togas usadas pelos juízes do Pleno do TRESC.

2.9. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

2.10. Parcelamento e Adjudicação

Considerando a inexpressividade dos valores dos itens verificada na planilha de custos, que tem por base a baixa demanda pelos serviços, conforme registrada no histórico de



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

contratações deste Tribunal, o parcelamento do objeto revela-se economicamente inviável.

A opção pela adjudicação global do objeto é benéfica tendo em vista a ampliação da participação de maior número de empresas no certame. Ainda, revela-se apropriada dada a possibilidade de melhor gestão e fiscalização dos serviços concentrados num único contrato.

2.11. Seleção do Fornecedor

Será selecionado o fornecedor que apresentar a proposta de menor preço e os documentos de habilitação em conformidade.

2.11.1. Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR;

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e

b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

2.11.2. Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

2.12. Modalidade e Tipo de Licitação

Considerando que se trata de bem comum, a contratação deverá ocorrer mediante realização de Pregão Eletrônico, do tipo menor preço.

2.13. Impacto Ambiental

A Contratação deve observar a política de sustentabilidade ambiental no que tange, entre outros aspectos, à economicidade no consumo de água e energia elétrica e ao uso apropriado de produtos para lavar, passar e embalar, conforme item 2.13.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.14. Conformidade Técnica

Com relação à utilização de materiais e de equipamentos, requer que sejam observadas as classificações e especificações determinadas pela ANVISA, bem como as normativas pertinentes.

Sem prejuízo de outras normas, consigna-se abaixo as normativas que devem obrigatoriamente ser observadas.

- Resolução CONAMA n. 359/2005 – Dispõe sobre a regulamentação do teor de fósforo em detergentes em pó para uso em todo o território nacional e dá outras providências.
- Resolução CONAMA 267/2000 - Dispõe sobre a proibição da utilização de substâncias que destroem a Camada de Ozônio.

2.15. Obrigações da Proponente

Faculta-se à proponente a realização de visita técnica para vistoria das peças. No entanto, consigna-se que se tratam de peças industrializadas, confeccionadas em materiais típicos como algodão, poliéster, brim (toalhas de mesa, coletes, capas de encosto de cadeira), fio egípcio (toalhas de rosto) e microfibra de seda (togas).

2.16. Obrigações da Contratante

2.15.1 efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório;

2.15.2 promover, através de seu representante, o Chefe da Seção de Apoio Administrativo, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a fiscalização do Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

2.17. Obrigações da Contratada

2.16.1. Coletar as peças sempre às terças-feiras e quintas-feiras (ou, em caso de feriado, no primeiro dia útil posterior), no subsolo II, do prédio sede do TRESC, na Rua Esteves Júnior, 68, Centro, Florianópolis;

2.16.2. Devolver as toalhas de rosto e de mesa lavadas, passadas, dobradas e embaladas em até, no máximo, 48 horas após o recolhimento;

2.16.3. Devolver os coletes, as capas de cadeiras e as togas, passadas, dobradas e embaladas em até, no máximo, 72 horas após o recolhimento;

2.16.4. proceder à contagem unitária das peças, ao registro do volume (peso), bem como apresentar ao TRESC formulário específico de controle das peças lavadas, que deverá ser assinado por representante da Seção de Apoio Administrativo (SADM);



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.16.5. lavar todas as peças de acordo com as normas de limpeza e esterilização exigidas pelo fabricante;

2.16.6. passar e dobrar todas as peças;

2.16.7. lavar a seco, passar e embalar (sem dobrar ou amassar) as togas de uso dos membros do Pleno do TRESC;

2.16.8. responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados no local de coleta e entrega das peças;

2.16.9. refazer o serviço de lavação sempre que este não atingir o nível mínimo de qualidade exigida, sem que isso gere qualquer custo adicional para este Tribunal.

2.18. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. Requisitos Técnicos

A empresa contratada deverá proceder à lavação das peças em conformidade com os padrões de higiene e esterilização, observando às normas do fabricante quanto às especificidades de lavação de cada tipo de peça, para fins de melhor conservação dos itens.

3.1.1. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica a esta contratação.

3.1.2. Códigos SIASG

3786

3.1.3. Vigência

O contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até 31 de outubro de 2027, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado por meio de Termos Aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57 da Lei n. 8.666/1993.

3.2. Modelos de Documentos

Não se aplica a esta contratação.

Florianópolis, em 14 de janeiro de 2023.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

O gestor do contrato será o titular da Seção de Apoio Administrativo, ou seu substituto, ou seu superior imediato, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/1993, que zelarà pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais.

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESC e da Contratada

O acompanhamento dos serviços será feito pelo gestor do contrato. Caso seja constatada falha na execução, o gestor comunicará o fato à empresa, via e-mail, para fins de solução dos problemas. Se após notificação, a empresa não adotar as providências necessárias à correção das falhas verificadas, o gestor do contrato autuará Procedimento Administrativo Eletrônico (PAE) de Ocorrência Contratual, para as providências da Secretaria de Administração e Orçamento.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

- as toalhas de rosto e de mesa deverão ser recolhidas para lavação duas vezes por semana (às terças e quintas-feiras) e deverão ser entregues em até, no máximo, 48 horas após o recolhimento.
- os coletes e as capas de cadeira e as togas deverão ser lavados sempre que o contratante verificar a necessidade. A coleta desses itens ocorrerá às terças-feiras ou quintas-feiras. O prazo para devolução será de, no máximo, 72 horas após o recolhimento.

Quando os dias de recolhimento ou devolução coincidirem com feriados, a respectiva providência deverá ser adotada no primeiro dia útil subsequente.

1.3. Instrumentos Formais

Será firmado contrato com a empresa vencedora.

1.4. Prazos de Garantia

Não se aplica a esta contratação.

1.5. Acompanhamento do Contrato

O gestor do contrato, ou seu substituto, zelarà pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

- a) O recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao término do mês a que se refere a prestação dos serviços;
- b) o recebimento definitivo dar-se-á em até:
 - 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
 - 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.7. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

- a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

1.11.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

1.11.1.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

- a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;
- c) fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- e) não manter a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;
- g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;
- h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e
- i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

1.11.1.2. As sanções previstas no subitem 1.11.1.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 1.11.1.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.11.2. Para os casos não previstos no subitem 1.11.1, se o licitante vencedor descumprir as condições do Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.2.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

1.11.2.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

1.11.2.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor mensal estimado;

1.11.2.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor mensal estimado;

1.11.2.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

1.11.2.1.5. Em caso de reincidência em período inferior a três meses, a infração será classificada em nível imediatamente superior à anterior;

1.11.3. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) no caso de inexecução parcial sem rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal estimado do contrato;

b) no caso de inexecução parcial com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;

c) no caso de inexecução total com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 1.11.2.1.4.

1.11.4. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.1 e na alínea “d” do subitem 1.11.3 são de competência do Presidente do TRE-SC.

1.11.5. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Projeto Básico / Termo de Referência, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

1.11.5.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.5, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.11.5.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.6. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea “d” do subitem 1.11.3, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

1.11.7. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

1.11.7.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

1.11.7.2. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea “d” do subitem 1.11.3 exaure-se a esfera administrativa.